

C – Estatísticas judiciais do Tribunal de Primeira Instância

Actividade geral do Tribunal de Primeira Instância

1. Processos entrados, findos, pendentes (2000-2006)

Processos entrados

2. Tipos de processos (2000-2006)
3. Tipos de acções e recursos (2000-2006)
4. Objecto dos processos (2000-2006)

Processos findos

5. Tipos de processos (2000-2006)
6. Objecto dos processos (2006)
7. Objecto dos processos (2000-2006) (acórdãos e despachos)
8. Formação de julgamento (2000-2006)
9. Duração dos processos em meses (2000-2006) (acórdãos e despachos)

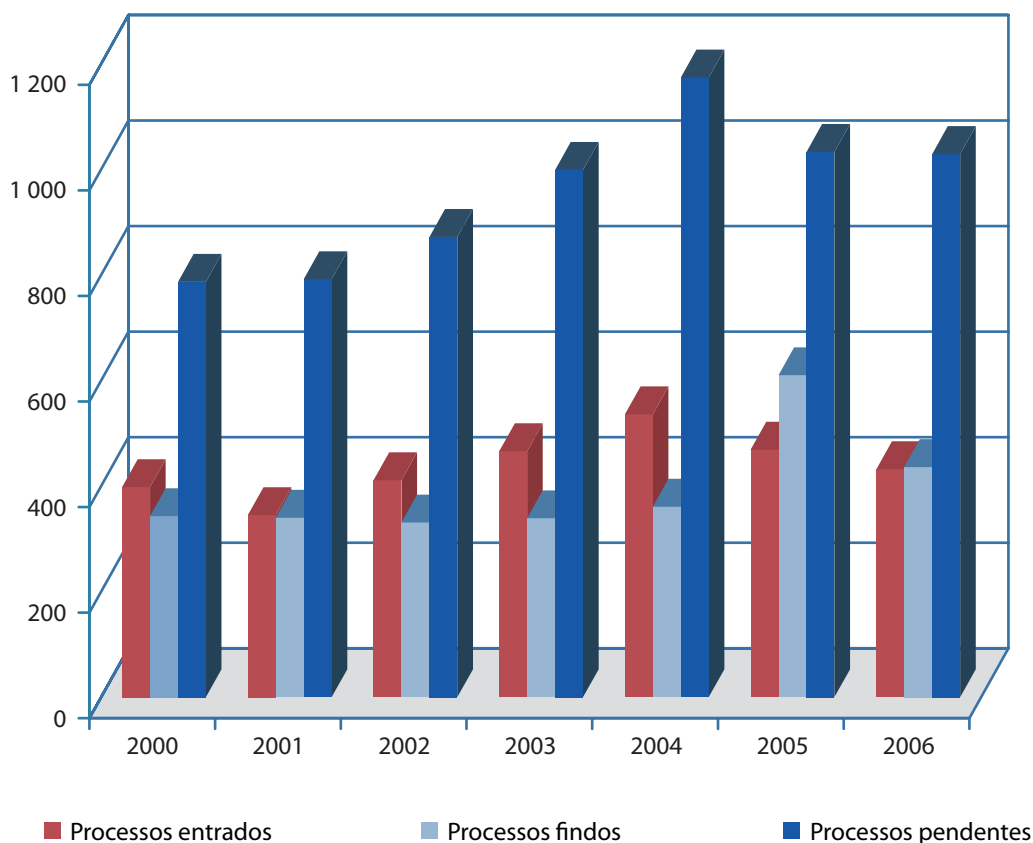
Processos pendentes em 31 de Dezembro

10. Tipos de processos (2000-2006)
11. Objecto dos processos (2000-2006)
12. Formação de julgamento (2000-2006)

Diversos

13. Processos de medidas provisórias (2000-2006)
14. Tramitação acelerada (2001-2006)
15. Decisões do Tribunal de Primeira Instância que foram objecto de recurso para o Tribunal de Justiça (1989-2006)
16. Repartição dos recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância por tipos de processos (1989-2006)
17. Resultados dos recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância (2006) (acórdãos e despachos)
18. Evolução geral (1989-2006)
Processos entrados, findos, pendentes

1. Actividade geral do Tribunal de Primeira Instância – Processos entrados, findos, pendentes (2000-2006)¹

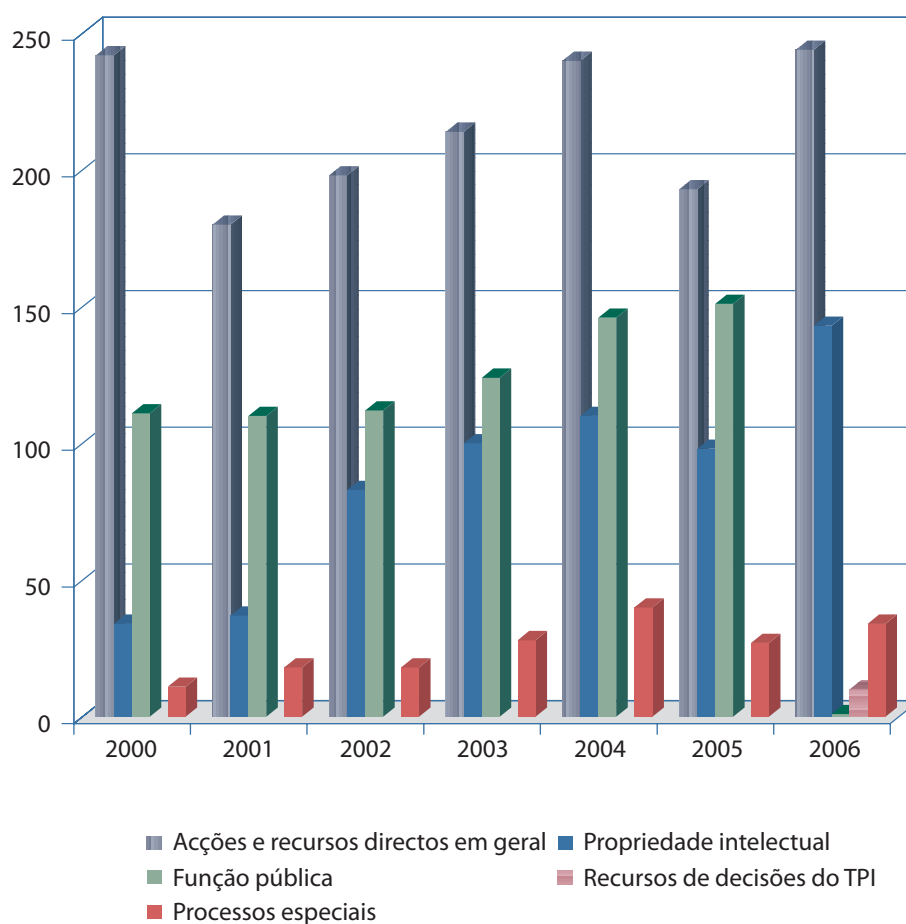


	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Processos entrados	398	345	411	466	536	469	432
Processos findos	343	340	331	339	361	610	436
Processos pendentes	787	792	872	999	1.174	1.033	1.029

¹ Salvo indicação em contrário, o presente quadro e os quadros das páginas seguintes têm em conta os processos especiais.

Consideram-se «processos especiais»: a oposição a um acórdão (artigo 41.º do Estatuto do Tribunal de Justiça; artigo 122.º do Regulamento de Processo do TPI); a oposição de terceiros (artigo 42.º do Estatuto do Tribunal de Justiça; artigo 123.º do Regulamento de Processo do TPI); a revisão de um acórdão (artigo 44.º do Estatuto do Tribunal de Justiça; artigo 125.º do Regulamento de Processo do TPI); a interpretação de um acórdão (artigo 43.º do Estatuto do Tribunal de Justiça; artigo 129.º do Regulamento de Processo do TPI); a fixação das despesas (artigo 92.º do Regulamento de Processo do TPI); o apoio judiciário (artigo 94.º do Regulamento de Processo do TPI) e a rectificação de um acórdão (artigo 84.º do Regulamento de Processo do TPI).

2. Processos entrados– Tipos de processos (2000-2006) ¹

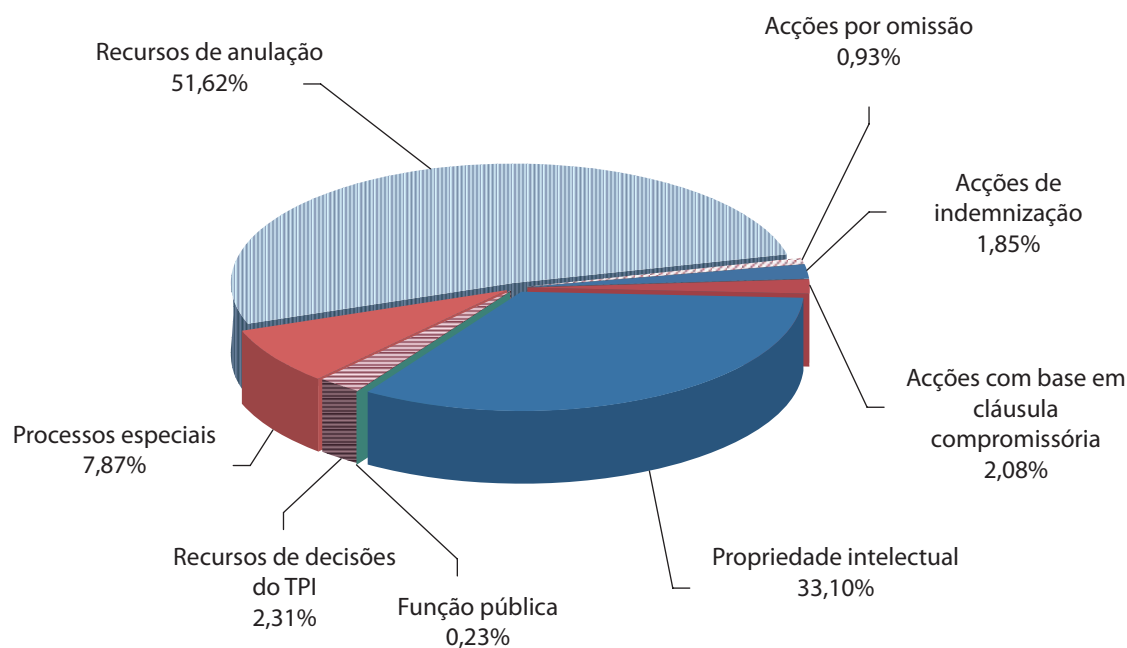


	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Acções e recursos directos em geral	242	180	198	214	240	193	244
Propriedade intelectual	34	37	83	100	110	98	143
Função pública	111	110	112	124	146	151	1
Recursos de decisões do TPI							10
Processos especiais	11	18	18	28	40	27	34
Total	398	345	411	466	536	469	432

¹ Neste quadro e nos quadros das páginas seguintes, a rubrica «Acções e recursos directos em geral» engloba todas as acções e recursos directos, com excepção dos recursos dos funcionários das Comunidades Europeias e dos recursos no domínio da propriedade intelectual.

3. Processos entrados – Tipos de acções e recursos directos (2000-2006)

Repartição em 2006

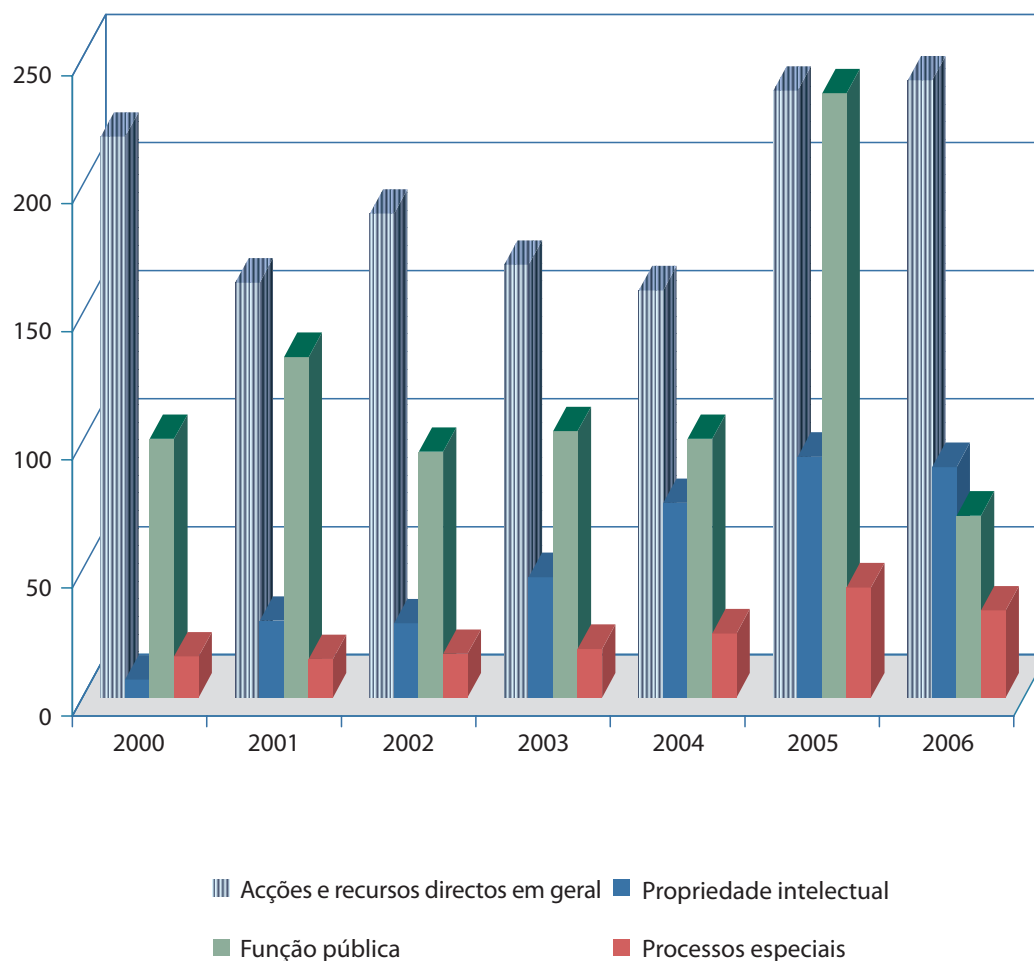


	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Recursos de anulação	219	134	172	174	199	160	223
Acções por omissão	6	17	12	13	15	9	4
Acções de indemnização	17	21	12	24	18	16	8
Acções com base em cláusula compromissória		8	2	3	8	8	9
Propriedade intelectual	34	37	83	100	110	98	143
Função pública	111	110	112	124	146	151	1
Recursos de decisões do TPI							10
Processos especiais	11	18	18	28	40	27	34
Total	398	345	411	466	536	469	432

4. *Processos entrados – Objecto dos processos (2000-2006)*

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Adesão de novos Estados				1	1		
Agricultura	18	17	9	11	25	21	18
Ambiente e consumidores	14	2	8	14	30	18	21
Aproximação das legislações		2	1	3	1		
Associação dos países e territórios ultramarinos	6	6		1			
Auxílios de Estado	80	42	51	25	46	25	28
Cidadania europeia	2						
Cláusula compromissória		2	1			2	3
Concorrência	36	36	61	43	36	40	81
Cultura	2	1					3
Direito das sociedades	4	6	3	3	6	12	11
Direito institucional	24	16	17	26	33	28	15
Energia		2		2			1
Fiscalidade			1	5			1
Investigação, informações, educação, estatísticas	1	3	1	3	6	9	5
Justiça e Assuntos Internos		1	1			1	
Liberdade de estabelecimento	7	1			1		
Livre circulação de mercadorias	2	1			1		
Livre circulação de pessoas	1	3	2	7	1	2	4
Livre prestação de serviços							1
Pauta aduaneira comum	1	2			1		2
Política comercial	8	4	5	6	12	5	18
Política das pescas	5	6	3	25	3	2	
Política económica e monetária						1	2
Política externa e de segurança	1	3	6	2	4		5
Política regional		1	6	7	10	12	16
Política social	7	1	3	2	5	9	3
Propriedade intelectual	34	37	83	101	110	98	145
Recursos próprios das Comunidades						2	
Relações externas	8	14	8	10	3	2	2
Transportes		2	1	1	3		1
União aduaneira	14	2	6	5	11	2	
Total Tratado CE	275	213	277	303	349	291	386
Total Tratado CA	1	4	2	11			
Total Tratado EA			2		1		1
Estatuto dos Funcionários	111	110	112	124	146	151	11
Processos especiais	11	18	18	28	40	27	34
TOTAL GERAL	398	345	411	466	536	469	432

5. Processos findos – Tipos de processos (2000-2006)



	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Acções e recursos directos em geral	219	162	189	169	159	237	241
Propriedade intelectual	7	30	29	47	76	94	90
Função pública	101	133	96	104	101	236	71
Processos especiais	16	15	17	19	25	43	34
Total	343	340	331	339	361	610	436

6. *Processos findos* – Objecto dos processos (2006)

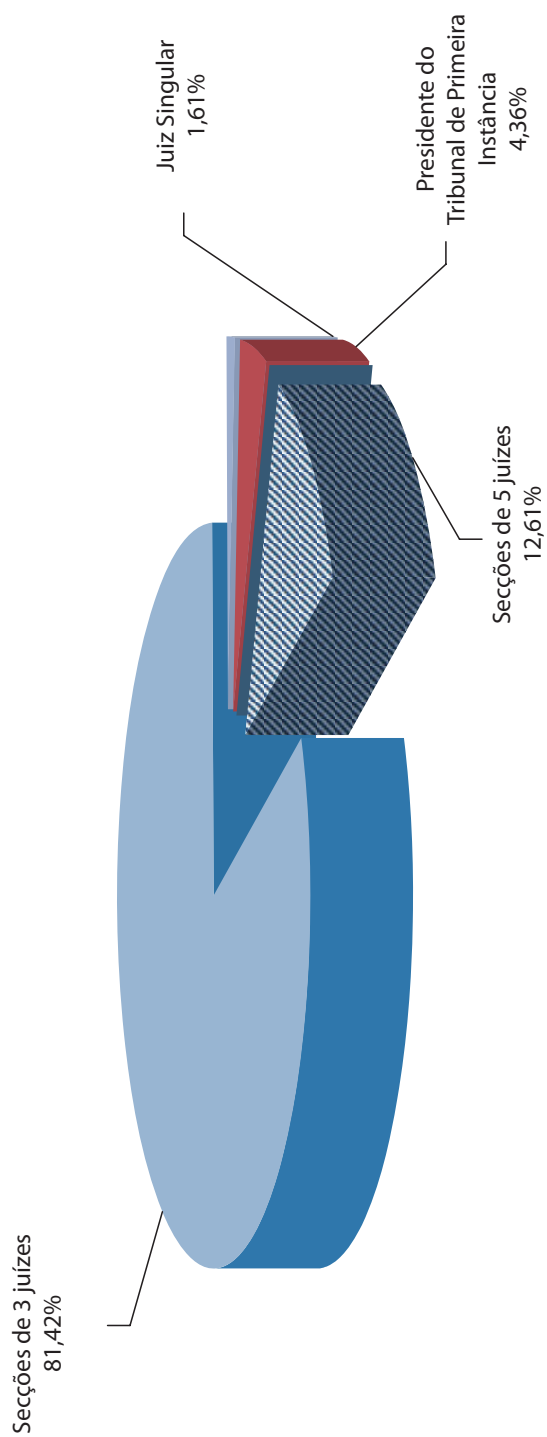
	Acórdãos	Despachos	Total
Adesão de novos Estados		1	1
Agricultura	11	14	25
Ambiente e consumidores	3	16	19
Associação dos países e territórios ultramarinos		2	2
Auxílios de Estado	14	40	54
Concorrência	33	9	42
Direito das sociedades	3	3	6
Direito institucional	4	10	14
Energia		3	3
Fiscalidade		1	1
Investigação, informações, educação, estatísticas	1	2	3
Livre circulação de pessoas		4	4
Política comercial	5	8	13
Política das pescas	24		24
Política económica e monetária		1	1
Política externa e de segurança	3	1	4
Política regional	3	4	7
Política social	1	4	5
Propriedade intelectual	50	41	91
Recursos próprios das Comunidades		2	2
Relações externas	3	2	5
Transportes		2	2
União aduaneira	2		2
Total Tratado CE	160	170	330
Total Tratado CA	1		1
Estatuto dos Funcionários	61	10	71
Processos especiais	5	29	34
TOTAL GERAL	227	209	436

7. *Processos findos – Objecto dos processos (2006)* (acórdãos e despachos)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Adesão de novos Estados				1			1
Agricultura	14	47	28	21	15	34	25
Ambiente e consumidores	7		12	9	4	19	19
Aproximação das legislações			2	1	3		
Associação dos países e territórios ultramarinos	1	2	6	4		4	2
Auxílios de Estado	35	12	31	26	54	53	54
Cidadania europeia	1	1					
Cláusula compromissória	2			1	2	1	
Concorrência	61	21	40	38	26	35	42
Cultura			2	1			
Direito das sociedades	4	4	4	2	2	6	6
Direito institucional	31	19	15	20	16	35	14
Energia							3
Fiscalidade				5	1		1
Investigação, informações, educação, estatísticas	1		2	4		1	3
Justiça e Assuntos Internos			1	1		1	
Liberdade de estabelecimento	3	4	2			1	
Livre circulação de mercadorias			2		1	1	
Livre circulação de pessoas	1	2		8	2	1	4
Livre prestação de serviços	1						
Pauta aduaneira comum		3		2			
Política comercial	17	5	6	6	1	7	13
Política das pescas	1	7	2	2	6	2	24
Política económica e monetária							1
Política externa e de segurança		3			2	5	4
Política regional	5		1		4	4	7
Política social	18	2	2	1	4	6	5
Propriedade intelectual	7	30	29	47	76	94	91
Recursos próprios das Comunidades							2
Relações externas	6	2	6	11	7	11	5
Transportes	2		2	2	1	1	2
União aduaneira	5	15	18	3	3	7	2
Total Tratado CE	223	179	213	216	230	329	330
Total Tratado CA	3	10	4		5	1	1
Total Tratado EA		1	1			1	
Estatuto dos Funcionários	101	135	96	104	101	236	71
Processos especiais	16	15	17	19	25	43	34
TOTAL GERAL	343	340	331	339	361	610	436

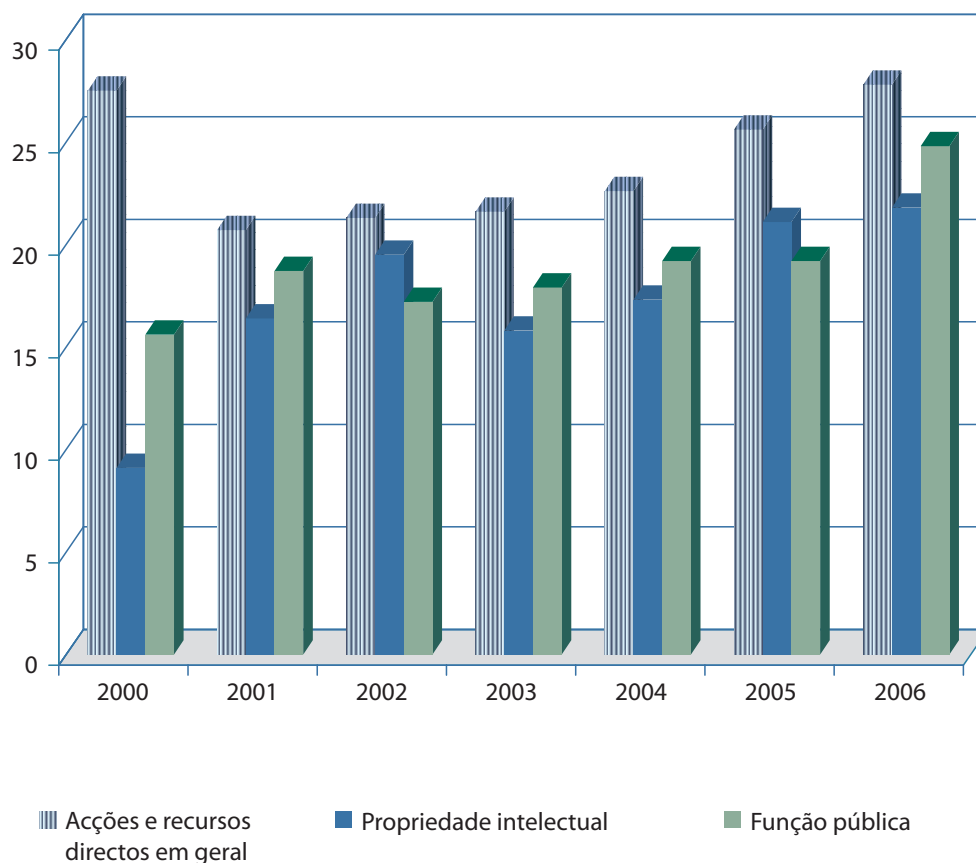
8. Processos findos – Formação de julgamento (2000-2006)

Repartição em 2006



	2000			2001			2002			2003			2004			2005			2006		
	Acórdãos	Despachos	Total	Acórdãos	Despachos	Total	Acórdãos	Despachos	Total	Acórdãos	Despachos	Total	Acórdãos	Despachos	Total	Acórdãos	Despachos	Total	Acórdãos	Despachos	Total
Grande Secção																6					
Secções de 5 juízes	84	28	112	17	25	42	48	16	64	18	21	39	18	46	64	28	34	62	22	33	55
Secções de 3 juízes	96	117	213	135	145	280	144	113	257	146	131	277	141	135	276	181	329	510	198	157	355
Juiz Singular	11	4	15	10	2	12	5	1	6	14	1	15	13	1	14	7		7	7		7
Presidente do Tribunal de Primeira Instância		3	3		6	6		4	4		8	8		7	7		25	25		19	19
Total	191	152	343	162	178	340	197	134	331	178	161	339	172	189	361	222	388	610	227	209	436

9. *Processos findos – Duração dos processos em meses (2000-2006)*¹ (acórdãos e despachos)

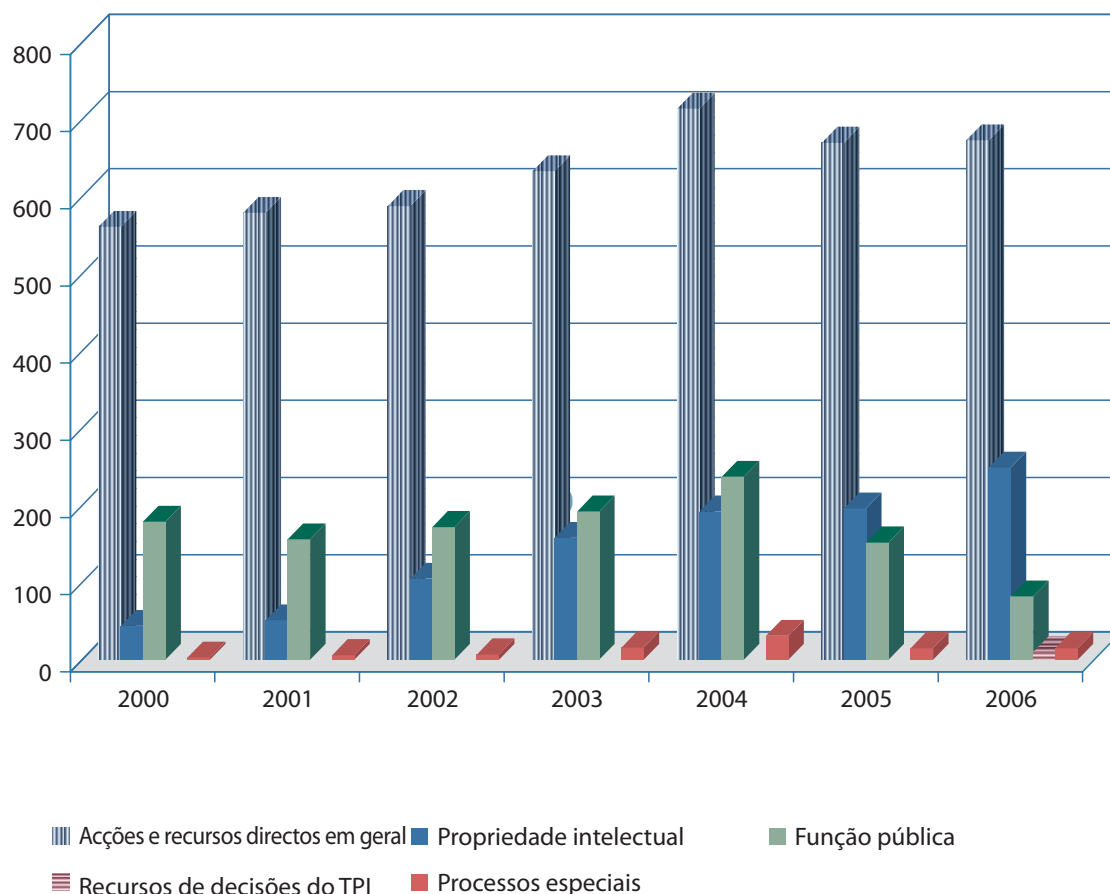


	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Acções e recursos directos em geral	27,5	20,7	21,3	21,6	22,6	25,6	27,8
Propriedade intelectual	9,1	16,4	19,5	15,8	17,3	21,1	21,8
Função pública	15,6	18,7	17,2	17,9	19,2	19,2	24,8

¹ O cálculo da duração média dos processos não tem em conta: os processos decididos por acórdão interlocutório; os processos especiais, os processos remetidos pelo Tribunal de Justiça após a alteração da repartição de competências entre o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Primeira Instância; os processos remetidos pelo Tribunal de Primeira Instância após a entrada em funções do Tribunal da Função Pública.

As durações são expressas em meses e em décimos de mês.

10. Processos pendentes em 31 de Dezembro – Tipos de processos (2000-2006)



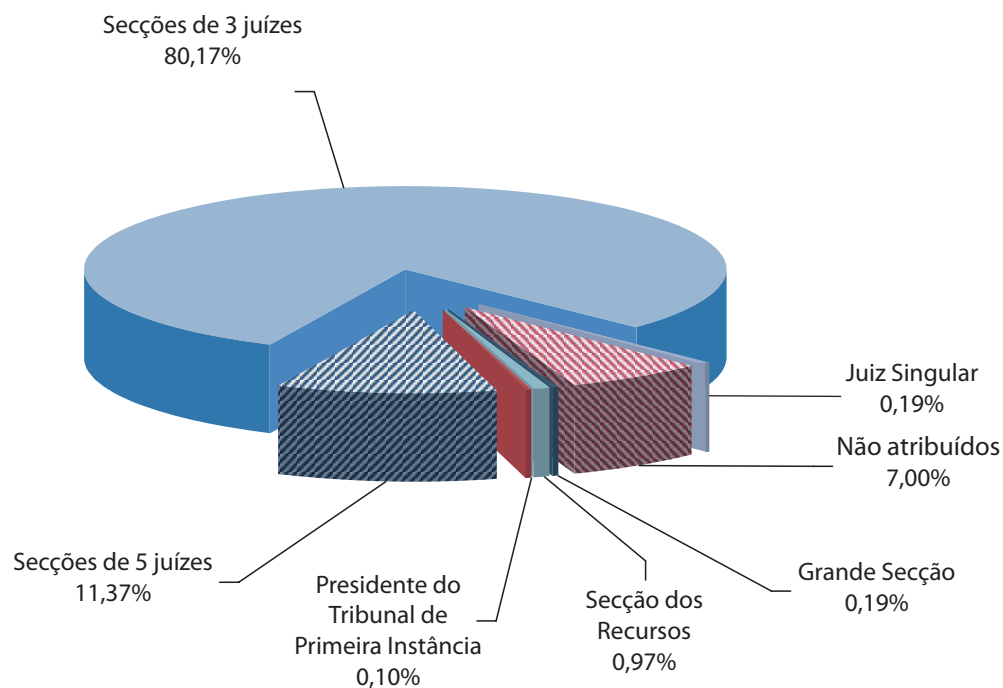
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Acções e recursos directos em geral	561	579	588	633	714	670	673
Propriedade intelectual	44	51	105	158	192	196	249
Função pública	179	156	172	192	237	152	82
Recursos de decisões do TPI							10
Processos especiais	3	6	7	16	31	15	15
Total	787	792	872	999	1.174	1.033	1.029

11. Processos pendentes em 31 de Dezembro – Objecto dos processos (2000-2006)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Adesão de novos Estados					1	1	
Agricultura	144	114	95	85	95	82	74
Ambiente e consumidores	15	17	13	18	44	43	44
Aproximação das legislações		2	1	3	1	1	1
Associação dos países e territórios ultramarinos	11	15	9	6	6	2	
Auxílios de Estado	177	207	227	226	218	190	164
Cidadania europeia	1						
Cláusula compromissória		2	3	2		1	3
Concorrência	78	93	114	119	129	134	173
Cultura	2	3	1				3
Direito das sociedades	4	6	5	6	10	16	23
Direito institucional	27	24	26	32	49	42	43
Energia		2	2	4	4	4	2
Fiscalidade			1	1			
Investigação, informações, educação, estatísticas	1	4	3	2	8	16	18
Justiça e Assuntos Internos		1	1				
Liberdade de estabelecimento	5	2			1		
Livre circulação de mercadorias	2	3	1	1	1		
Livre circulação de pessoas		1	3	2	1	2	3
Livre prestação de serviços							1
Pauta aduaneira comum	3	2	2		1	1	3
Política comercial	16	15	14	14	25	23	28
Política das pescas	8	7	8	31	28	28	4
Política económica e monetária						1	2
Política externa e de segurança	3	3	9	11	13	8	9
Política regional		1	6	13	19	27	36
Política social	4	3	4	5	6	9	7
Propriedade intelectual	44	51	105	159	193	197	251
Recursos próprios das Comunidades						2	
Relações externas	9	21	23	22	18	9	6
Transportes	1	3	2	1	3	2	1
União aduaneira	33	20	8	10	18	13	11
Total Tratado CE	588	622	686	773	892	854	910
Total Tratado CA	14	8	6	17	12	11	10
Total Tratado EA	1		1	1	2	1	2
Estatuto dos Funcionários	181	156	172	192	237	152	92
Processos especiais	3	6	7	16	31	15	15
TOTAL GERAL	787	792	872	999	1.174	1.033	1.029

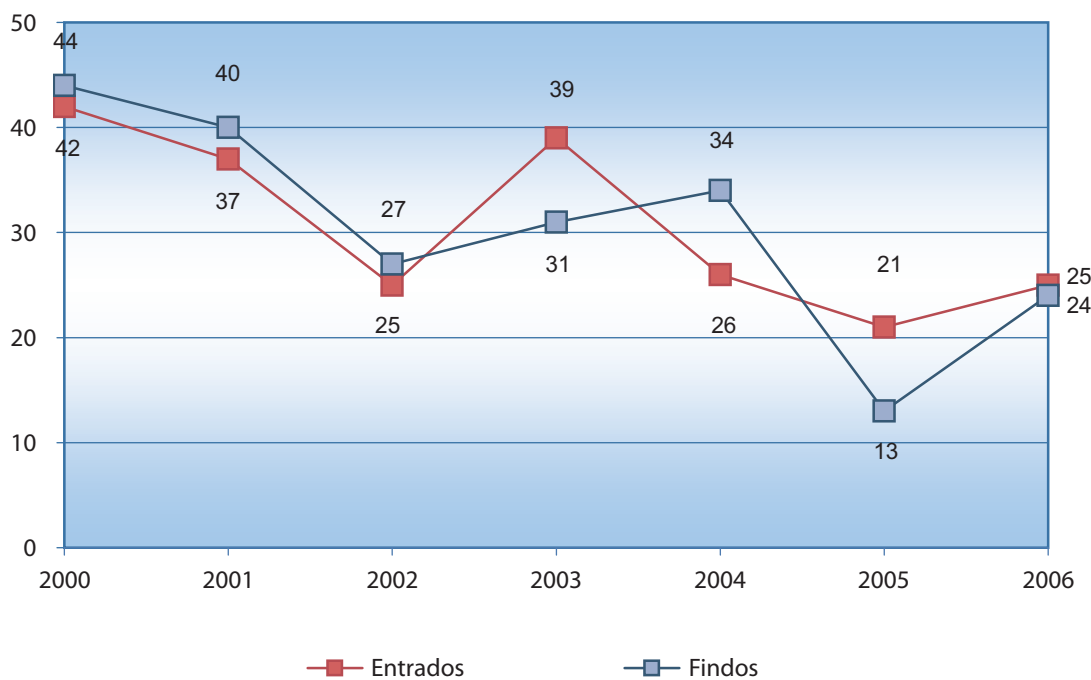
12. Processos pendentes em 31 de Dezembro – Formação de julgamento (2000-2006)

Repartição em 2006



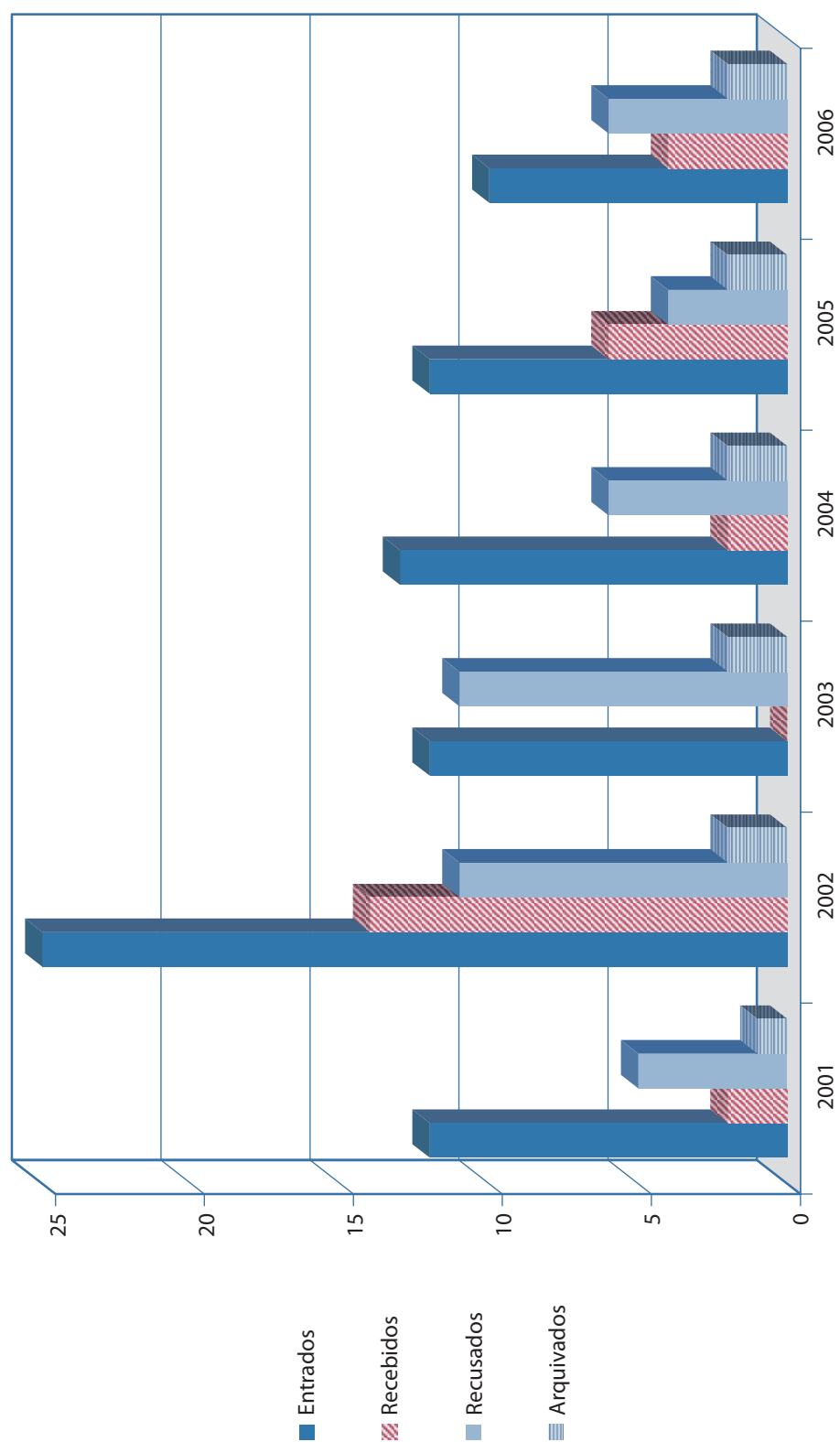
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Grande Secção					6	1	2
Secção dos Recursos							10
Presidente do Tribunal de Primeira Instância							1
Secções de 5 juizes	247	264	276	251	187	146	117
Secções de 3 juizes	512	479	532	691	914	846	825
Juiz Singular	5	3	8	6	1	4	2
Não atribuídos	23	46	56	51	66	36	72
Total	787	792	872	999	1.174	1.033	1.029

13. Diversos – Processos de medidas provisórias (2000-2006)



Repartição em 2006

	Processos de medidas provisórias entrados	Processos de medidas provisórias findos	Sentido da decisão		
			Indeferimento	Deferimento	Cancelamento/ Não conhecimento
Agricultura	5	1	1		
Ambiente e consumidores	7	6	5		1
Auxílios de Estado	4	4	4		
Concorrência	1	3	2	1	
Direito das sociedades	2	5	1	1	3
Direito institucional	2	1	1		
Investigação, informações, educação, estatísticas	1				
Política comercial	1	1	1		
Política social	1				
Transportes	1	1	1		
Total Tratado CE	25	22	16	2	4
Estatuto dos Funcionários		2	1		1
TOTAL GERAL	25	24	17	2	5

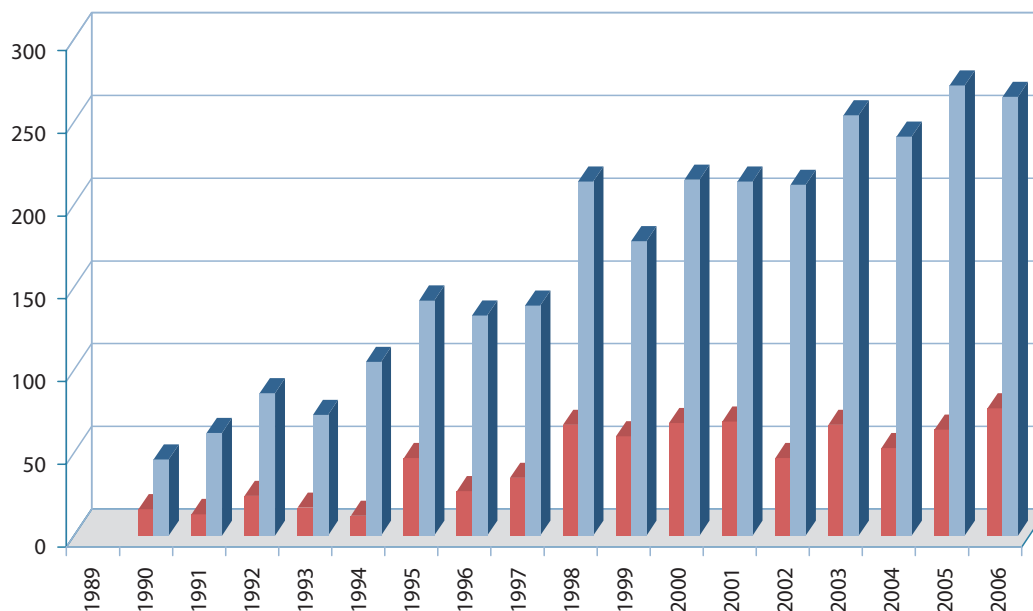
14. Diversos – Tramitação acelerada (2001-2006)

	2001			2002			2003			2004			2005			2006				
	Sentido da decisão			Sentido da decisão			Sentido da decisão			Sentido da decisão			Sentido da decisão			Sentido da decisão				
	Entrados	Recusados	Arquivados	Entrados	Recusados	Arquivados	Entrados	Recusados	Arquivados	Entrados	Recusados	Arquivados	Entrados	Recusados	Arquivados	Entrados	Recusados	Arquivados		
Adesão de novos Estados																				
Agricultura				1			1	2					2			2	1	3		
Auxílios de Estado	3	2		2	3		3	2	1							1				
Concorrência	1			15	13	2	1	1		3			2	3	2	4	2	2		
Direito das sociedades										4	1	2	3	2	1					
Direito institucional	3	1	1	2	3		5	4		1	2		1		1					
Ambiente e consumidores							1	1		1	1		2	1		3	1	1		
Livre circulação de pessoas										1		1								
Política comercial	1	1		1	1															
Política da pesca										1	1									
Política externa e de segurança	1				1															
Investigação, informações, educação, estatísticas				1					1											
Relações externas				1	1		1	1												
Recursos próprios das Comunidades																2		2		
Estatuto dos Funcionários	3	3		2	1	1				1	1									
Transportes										1		1								
Total	12	2	5	1	25	14	11	2	12	0	11	2	13	2	6	2	10	4	6	2

O tratamento acelerado de um processo no Tribunal de Primeira Instância pode ser concedido com base no artigo 76.º-A do Regulamento de Processo. Esta disposição é aplicável desde 1 de Fevereiro de 2001.

Incluem-se na categoria «arquivados» os seguintes casos: desistência do pedido, desistência da instância e casos em que o processo é decidido através de despacho antes de se decidir o pedido de tramitação acelerada.

15. Diversos – Decisões do TPI que foram objecto de recurso para o Tribunal de Justiça (1989-2006)



■ Número de decisões que foram objecto de recurso para o Tribunal de Justiça

■ Total das decisões recorríveis¹

	Número de decisões que foram objecto de recurso para o Tribunal de Justiça	Total das decisões recorríveis ¹	Percentagem de decisões que foram objecto de recurso para o Tribunal de Justiça
1989			
1990	16	46	35 %
1991	13	62	21 %
1992	24	86	28 %
1993	17	73	23 %
1994	12	105	11 %
1995	47	142	33 %
1996	27	133	20 %
1997	35	139	25 %
1998	67	214	31 %
1999	60	178	34 %
2000	68	215	32 %
2001	69	214	32 %
2002	47	212	22 %
2003	67	254	26 %
2004	53	241	22 %
2005	64	272	24 %
2006	77	265	29 %

¹ Total das decisões recorríveis – acórdãos, despachos de inadmissibilidade, de medidas provisórias, de não conhecimento do mérito e de indeferimento do pedido de intervenção – transitadas em julgado ou das quais foi interposto recurso.

16. Diversos – Repartição dos recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância por tipos de processos (1989-2006)

	1989			1990			1991			1992			1993			1994			1995			1996			1997		
	Recursos de decisões do TPI	Decisões recoráveis	Recursos em %	Recursos de decisões do TPI	Decisões recoráveis	Recursos em %	Recursos de decisões do TPI	Decisões recoráveis	Recursos em %	Recursos de decisões do TPI	Decisões recoráveis	Recursos em %	Recursos de decisões do TPI	Decisões recoráveis	Recursos em %	Recursos de decisões do TPI	Decisões recoráveis	Recursos em %	Recursos de decisões do TPI	Decisões recoráveis	Recursos em %	Recursos de decisões do TPI	Decisões recoráveis	Recursos em %	Recursos de decisões do TPI	Decisões recoráveis	Recursos em %
Acções e recursos directos em geral				2	8	25%	5	16	31%	15	31	48%	6	17	35%	7	44	16%	38	91	42%	15	59	25%	22	86	26%
Propriedade intelectual																											
Função pública				14	38	37%	8	46	17%	8	54	15%	10	55	18%	5	61	8%	9	51	18%	12	74	16%	13	53	25%
Subtotal				16	46	35%	13	62	21%	23	85	27%	16	72	22%	12	105	11%	47	142	33%	27	133	20%	35	139	25%
Processos especiais							1	1	100%	1	1	100%	1	1	100%												
Total				16	46	35%	13	62	21%	24	86	28%	17	73	23%	12	105	11%	47	142	33%	27	133	20%	35	139	25%

	1998			1999			2000			2001			2002			2003			2004			2005			2006		
	Recursos de decisões do TPI	Decisões recoráveis	Recursos em %	Recursos de decisões do TPI	Decisões recoráveis	Recursos em %	Recursos de decisões do TPI	Decisões recoráveis	Recursos em %	Recursos de decisões do TPI	Decisões recoráveis	Recursos em %	Recursos de decisões do TPI	Decisões recoráveis	Recursos em %	Recursos de decisões do TPI	Decisões recoráveis	Recursos em %	Recursos de decisões do TPI	Decisões recoráveis	Recursos em %	Recursos de decisões do TPI	Decisões recoráveis	Recursos em %	Recursos de decisões do TPI	Decisões recoráveis	Recursos em %
Acções e recursos directos em geral	48	120	40%	45	118	38 %	58	132	44%	40	115	35%	32	134	24%	51	134	38%	41	114	36%	37	120	31%	46	146	32%
Propriedade intelectual				1	1	100%	1	7	14%	13	25	52%	6	20	30%	7	33	21%	7	45	16%	16	71	23%	18	59	31%
Função pública	18	93	19%	14	59	24%	8	75	11%	15	73	21%	9	58	16%	9	87	10%	5	82	6%	11	81	14%	13	60	22%
Subtotal	66	213	31%	60	178	34%	67	214	31%	68	213	32%	47	212	22%	67	254	26%	53	241	22%	64	272	24%	77	265	29%
Processos especiais	1	1	100%				1	1	100%	1	1	100%															
Total	67	214	31 %	60	178	34%	68	215	32%	69	214	32%	47	212	22%	67	254	26%	53	241	22%	64	272	24%	77	265	29%

17. *Diversos* – Resultados dos recursos de decisões do TPI (2006)

(acórdãos e despachos)

	Inadmissibilidade/ Improcedência	Anulação total ou parcial sem remessa ao TPI	Anulação total ou parcial com remessa ao TPI	Cancelamento/Não conhecimento	Total
Agricultura	3		1		4
Ambiente e consumidores	1				1
Aproximação das legislações	1				1
Auxílios de Estado	3				3
Concorrência	10	5		1	16
Direito institucional	5				5
Estatuto dos Funcionários	6	3		1	10
Justiça e Assuntos Internos	1				1
Livre circulação de pessoas	1				1
Livre prestação de serviços	1				1
Política regional	1				1
Política social	4				4
Processo				1	1
Propriedade intelectual	12			2	14
Relações externas	1				1
União aduaneira	1				1
Total	51	8	1	5	65

18. Diversos – Evolução geral (1989-2006)

Processos entrados, findos, pendentes

	Processos entrados ¹	Processos findos ²	Processos pendentes em 31 de Dezembro
1989	169	1	168
1990	59	82	145
1991	95	67	173
1992	123	125	171
1993	596	106	661
1994	409	442	628
1995	253	265	616
1996	229	186	659
1997	644	186	1.117
1998	238	348	1.007
1999	384	659	732
2000	398	343	787
2001	345	340	792
2002	411	331	872
2003	466	339	999
2004	536	361	1.174
2005	469	610	1.033
2006	432	436	1.029
Total	6.256	5.227	

¹ 1989: 153 processos remetidos pelo Tribunal de Justiça para o recém-criado Tribunal de Primeira Instância.

1993: 451 processos remetidos pelo Tribunal de Justiça devido ao primeiro alargamento de competências do Tribunal de Primeira Instância.

1994: 14 processos remetidos pelo Tribunal de Justiça devido ao segundo alargamento de competências do Tribunal de Primeira Instância.

2004/2005: 25 processos remetidos pelo Tribunal de Justiça devido ao terceiro alargamento de competências do Tribunal de Primeira Instância.

² 2005-2006: 118 processos remetidos pelo Tribunal de Primeira Instância para o recém-criado Tribunal da Função Pública